

Dor em Dobro

Mara Oliveira

“A maior recompensa para o trabalho do homem não é o que ele ganha com isso,
mas o que se torna”

John Ruskin

Uma série de investigações feitas pelas jornalistas Anna Beatriz Anjos, Gabriela Sá Pessoa e Natacha Cortêz, mostrou os problemas enfrentados por mulheres que têm seu direito de abortar protegidos por lei mas não são informadas a respeito disso. A reportagem foi publicada no dia 29 de maio de 2014 no site da *Agência Pública*. Nela consta que cerca de 7% dos casos de estupro resultam em gravidez e, de acordo com a legislação brasileira, a vítima tem direito a abortar.

Porém, 67,4% das mulheres que passaram por esse sofrimento não tiveram acesso ao serviço de aborto legal na rede pública de saúde. O próprio sistema, na maioria das vezes, não sabia informar sobre este tipo de atendimento, gerando um aumento na busca por procedimentos clandestinos.

O cumprimento da ética jornalística é evidente durante as investigações e na escrita do texto. No decorrer da apuração, as informações eram escassas e quem deveria cedê-las muitas vezes se negou a fazê-lo. Foi o caso do Ministério da Saúde, que afirmou não divulgar a lista dos hospitais referência no serviço de aborto por “motivos de segurança”.

Apesar das negações, elas insistiram usando como argumento o direito à informação que está previsto na lei nº 12.527, que defende a divulgação de informações de interesse público, independente de solicitações.

Um outro exemplo é a proteção de fontes. De acordo com o Art.5º do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, é direito do jornalista manter sua fonte em sigilo. Durante todo o relato da entrevista feita com uma vítima de estupro, usou-se a letra “A” para preservar sua identidade.

A divulgação de informações de interesse público foi corretamente cumprida uma vez que a saúde pública influencia na vida de todos os cidadãos. As diversas fontes citadas mostraram uma apuração profunda e aumentaram a credibilidade do texto.

As palavras utilizadas para falar sobre assuntos delicados, como o estupro, foram escolhidas de uma forma ética priorizando um cuidado para com as vítimas em relação aos seus traumas.

A credibilidade também pode ser observada pelo fato de que a apuração não se deu apenas em uma região do Brasil; as jornalistas buscaram o maior número de informações em diversas cidades do país mostrando a generalização do problema.

O jornalismo, na maioria das vezes, é visto como fontes de informações enganosas, sensacionalistas e que não mostram de fato uma realidade coerente com o cotidiano da sociedade. Porém, são exemplos como este que reavivam a confiança no trabalho do jornalista como um prestador de serviço público, levando sempre as informações que o povo precisa saber sem precisar descumprir o Código de Ética ou qualquer lei; afinal, não adiantaria todas as denúncias e investigações se o próprio jornalista não cumprisse com as leis do país.

A reportagem ganhou o Prêmio Roche de Jornalismo em Saúde. A premiação busca reconhecer a excelência e estimular a cobertura jornalística de qualidade sobre temas de saúde na América Latina. Conclui-se que este é um ótimo exemplo de uma ética aplicada no jornalismo Brasileiro.



Ilustração de “A”, 29 anos.



Ilustração de Irotilde Gonçalves, pioneira do serviço de aborto legal.

Referências

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm

<http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/o-codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros/>

<https://apublica.org/2014/05/dor-em-dobro-2/>

<https://apublica.org/2014/06/dor-em-dobro-leia-o-making-of/>